

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

ATO Ato nº 117 de 23 de maio de 2016.

**O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:  
Determinar a publicação do anexo I do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre de 2016, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para divulgação e conhecimento público.**

FRANCISCO TARCÍSIO GUEDES LIMA VERDE JÚNIOR  
Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2015 a ABRIL/2016

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			RS 1,00
Despesas Executadas (últimos 12 meses)			
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>			
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>307.364.184,67</b>	<b>1.007.559,83</b>	<b>308.371.744,50</b>
Pessoal Ativo	229.253.667,18	519.302,25	229.772.969,43
Pessoal Inativo e Pensionistas	78.110.517,49	488.257,58	78.598.775,07
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>69.836.890,73</b>	<b>460.461,94</b>	<b>70.297.352,67</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	211.576,02		211.576,02
Despesas de Exercícios Anteriores	2.093.652,70	460.461,94	2.554.114,64
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	67.531.662,01		67.531.662,01
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>237.527.293,94</b>	<b>547.097,89</b>	<b>238.074.391,83</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)</b>			<b>700.438.648.000,00</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (IIIc/IV) x 100</b>	<b>0,033911%</b>	<b>0,000078%</b>	<b>0,033989%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>		<b>0,069410%</b>	<b>486.174.465,58</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)</b>		<b>0,065940%</b>	<b>461.865.742,30</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)</b>		<b>0,062469%</b>	<b>437.557.019,02</b>
FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região - 10/maio/2016 - 09h			

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.
- 2) Nas despesas com Pessoal não estão computadas àquelas executadas por meio de descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:
- Precatórios da Adm. Indireta - R\$ 2.043.964,00 e Requisições de Pequeno Valor (RPV) - R\$ 103.130,19
- 3) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000 Fortaleza, 23 de maio de 2016.

FRANCISCO TARCÍSIO GUEDES LIMA VERDE JÚNIOR  
Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

ANA PAULA BORGES DE ARAÚJO ZAUPA  
Diretora Geral-Ordenadora de Despesas

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA  
Diretora da Divisão de Orçamento e Finanças

##ASS SONILDES DANTAS DE LACERDA  
##CAR Secretária de Controle Interno